

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

"Criação de empregos de qualidade com salários elevados"

Para assinalar o **Dia Mundial da Saúde Mental**, instituído em 1992 pela Federação Mundial para a Saúde Mental (World Federation for Mental Health “WFMH”), e apoiado actualmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas, escolheu como tópico para este ano de 2024, a priorização da saúde mental no local de trabalho, tendo o seu Secretário-Geral encorajado empregadores e outras partes interessadas a criar ambientes de trabalho seguros e saudáveis, salientando que milhões de pessoas continuam a sofrer em silêncio com transtornos mentais, em todo o mundo, e que os adolescentes enfrentam com mais frequência problemas como ansiedade, depressão e distúrbios comportamentais, sendo o suicídio uma das principais causas de morte entre os jovens.

Nos últimos vinte e cinco anos, desde a constituição da RAEM, temos observado um aumento constante da precarização no mercado de trabalho, caracterizado por empregos de baixo valor acrescentado e salários reduzidos. Esta situação tem afectado os planos familiares, nomeadamente no que concerne a casamentos e nascimentos, evidenciando a importante relação entre saúde mental e trabalho. As famílias que enfrentam estas condições precárias estão particularmente preocupadas com o pagamento pontual das prestações bancárias e com o sustento de seus filhos menores.

De facto, constatamos que com o crescimento anual, no território, do turismo e da hotelaria, é comum a utilização de trabalho precário, especialmente em sectores como a restauração, eventos e concertos, que são por natureza temporários e esporádicos. Nesse contexto, os trabalhadores são remunerados apenas pelas horas de trabalho efectivo durante os eventos, tal como almoços e jantares, sem a formalização de um contrato de trabalho. Estes profissionais, muitas vezes chamados de "freelancers", enfrentam uma situação de precariedade ainda mais severa.

Esta precariedade do trabalho em eventos, concertos e banquetes de casamentos e aniversários, está frequentemente ligada à informalidade, o que resulta em condições de trabalho inadequadas para a saúde física e mental, tais como, e a título de exemplo, o trabalho prolongado em parques de estacionamento subterrâneos,

públicos e privados, com ventilação deficiente, para além de enfrentarem o estigma, discriminação e a exposição a riscos de assédio. Estas condições precárias podem ter um impacto significativo na saúde mental e na qualidade de vida, em geral, o que, por sua vez, afecta a sua produtividade. Além disso, estes empregos eventuais e sazonais geram insegurança e instabilidade, pois não oferecem férias remuneradas, não têm limites de horas de trabalho e carecem de acesso à previdência social, além de não garantir uma remuneração digna para os trabalhadores e compatível com actual custo de vida.

Tendo em consideração que a saúde mental no local de trabalho afecta não apenas o bem-estar dos funcionários, mas também a produtividade e a cultura organizacional, que a pandemia da **Covid-19 inaugurou uma nova era de teletrabalho com “os limites entre casa e o emprego a dissipar-se cada vez mais, criando desafios ainda maiores para a protecção da saúde mental dos funcionários”**, tal como destacado pelo Secretário-Geral da ONU, sendo de fundamental importância que os empregadores abordem os riscos colocados à saúde mental de seus trabalhadores, permitindo **um aumento da moral, da redução do absentismo e um maior envolvimento e produtividade dos trabalhadores, fortalecendo os negócios e as economias**, e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade, pelo que venho **solicitar os seguintes esclarecimentos, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA, e em tempo útil, às seguintes questões:**

1. Que planos e medidas específicas pretende o Governo implementar para gerar e aumentar postos de trabalho com **"valor acrescentado"**, que sejam adequadamente remunerados em função da inflação e do custo de vida actual em Macau? Em particular, como irão ser equacionados os empregos no sector do turismo, concertos e eventos que oferecem baixo valor acrescentado? Irá o Governo considerar a adopção de incentivos para atrair investidores estrangeiros, e do interior do continente, estabelecendo um regime especial de Estatuto de Residente Não Habitual que impulsione o sector imobiliário e fomente a criação de empresas que venham a gerar postos de trabalho de alto valor acrescentado?

2. Que medidas concretas e eficazes irão as autoridades competentes implementar para proteger os trabalhadores que são remunerados apenas pelas horas efectivas de trabalho em eventos, concertos e serviços de restauração, sem a formalização de

um contrato de trabalho? O que pode ser feito para melhorar as condições de trabalho dos referidos "freelancers", que muitas vezes enfrentam um ambiente de trabalho inadequado e como planeiam abordar o ritmo intenso de trabalho que esses profissionais enfrentam, incluindo longos períodos em pé e tarefas extenuantes? Que acções irão ser adoptadas para prevenir a sobrecarga de trabalho e as suas consequências, como lesões musculares e articulares, que afectam esses trabalhadores?

3. Quais acções concretas e eficazes irá o Governo adoptar para fomentar o desenvolvimento de empregos sustentáveis que estimulem o crescimento e o desenvolvimento de negócios? Que políticas irão ser implementadas para incentivar o investimento e o empreendedorismo, com o enfoque em trabalhos qualificados e de alto valor acrescentado e que ao mesmo tempo possam garantir a sustentabilidade desses empregos e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos?